

Brasil só paga com acordo final

Caracas — O Brasil não recorrerá ao Fundo Monetário Internacional para fechar um acordo com os credores enquanto esse organismo mantiver sua postura ortodoxa, ou seja, exigir austeridade econômica, arrocho salarial e geração de saldos comerciais destinados ao pagamento do serviço da dívida. Este é o terceiro recado que o Presidente dá aos credores nesses três dias de viagem à Venezuela e foi transmitido durante rápida entrevista coletiva a jornalistas brasileiros e venezuelanos, antes de voltar ao Brasil. O presidente José Sarney afirmou que o tratamento ortodoxo da cartilha do FMI adotada para os devedores não resolveu os problemas de nenhum deles. "Ao contrário, tem agravado, em alguns casos, a situação econômica" e quando isso ocorre, acrescentou, os reflexos desembocam em problemas sociais e políticos e estes em problemas institucionais".

Ele reforça a posição de que se tem de buscar novas alternativas que não a ortodoxa para a renegociação da dívida, citando como exemplo a possibilidade de emissão de títulos para pagamento de parte da dívida. Isso, entretanto, deverá se processar de forma espontânea, ou seja, sem pressão sobre qualquer das partes envolvidas nas negociações.

Sarney também negou que o Brasil já tenha tomado a decisão de suspender a moratória e voltar a pagar os juros da dívida. Ao responder à pergunta de um repórter que atribuiu o anúncio da decisão ao ministro da Fazenda, Bresser Pereira, em Brasília, o chefe do Governo disse que "nossa posição na negociação é a mesma. "Não aceitamos que nos seja imposta uma condição prévia de um acordo com o Fundo Monetário Internacional para acertarmos com os nossos credores um acordo sobre o pagamento da dívida externa brasileira".

Quanto às mudanças que

fará em seu ministério, Sarney disse que isso é um assunto de economia interna e seria uma descortesia com a imprensa venezuelana. Ele prometeu dar a resposta ao voltar ao Brasil. Sentado ao lado do chanceler Abreu Sodré, o presidente Sarney chegou ao salão de conferências do Círculo Militar, local da entrevista, às 8h20. Um jornalista venezuelano deu-lhe as boas-vindas e começou a entrevista.

Quando o Brasil declarou a moratória, logo após, a Venezuela fechou o seu segundo acordo de refinanciamento. Houve muitas críticas a essa posição do governo venezuelano. Gostaria de saber quais são os benefícios que o Brasil auferiu da declaração da moratória.

— Eu vou ter que ser repetitivo ao dizer que cada país tem que tratar os seus problemas em face de suas realidades. A moratória quando nós a decretamos, o fizemos no estrito interesse de defesa da economia do nosso País. As nossas reservas, elas baixavam a um nível que nos asseguravam que, dentro em breve, nós chegaríamos a reservas quase que zero. Isso era uma ameaça à economia brasileira, era uma ameaça ao desenvolvimento do País. Antes que isso ocorresse, quando nós verificamos que isso iria ocorrer, nós tomamos uma decisão corajosa de suspender o pagamento do serviço da dívida, para manter a economia e a soberania do nosso País. Esse foi o objetivo, não foi um objetivo político. Nós não utilizamos nunca politicamente, o problema da dívida externa. O Brasil sempre quis tratar esse problema com absoluta seriedade e com absoluta responsabilidade, justamente para que tenha autoridade de levar os países credores a examinar este assunto sobre outro ângulo. Quando eu falo e temos falado em reações coletivas, de todos os países, é justamente um terreno comum. Por exemplo, nós já estabe-

lecemos isso no consenso de Cartagena. Agora nós estamos começando a ver que esse problema está ocorrendo mais uma vez. Os países desenvolvidos aumentam as taxas de juros à revelia dos países subdesenvolvidos. Eles baixam os preços das matérias-primas, eles têm uma absoluta liberdade para cada vez mais adotar posições protecionistas. Então são problemas que nós temos que tratar conjuntamente. Quer dizer, não podemos aceitar passivamente que as taxas de juros subam, como subiram no passado a mais de vinte por cento, aumentando as nossas dívidas unilateralmente, nós devemos ter coletivamente, uma posição sobre isso. Também como pagar a dívida, se nos fecham os mercados através de leis protecionistas? Também, como sairmos de uma posição para o pagamento da dívida e para a melhoria de nossas economias, se os preços dos produtos, que t a América Latina, as matérias-primas, têm o seu preço cada vez mais aviltado.

O senhor confirma a suspensão da moratória, anunciada ontem no Brasil pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira?

— Olha, eu não li essas declarações que o ministro Bresser teria falado sobre a suspensão da moratória, mas eu digo que quando nós falamos em o mais rapidamente possível resolver o problema da dívida, do nosso acordo com a dívida, nós reiniciaremos normalmente a viver, a nos integrarmos de uma maneira normal do contexto financeiro internacional. Agora, a nossa posição não se modificou. A nossa posição de negociação é a mesma. Por exemplo, nós não aceitamos que nos seja imposta uma condição prévia de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, para acertarmos com os banqueiros, com os nossos credores, um acordo sobre o pagamento da dívida externa.